

PLANO DE GOVERNO PARTICIPATIVO

COLIGAÇÃO
**AMOR POR
RIO PRETO**

PREFEITO
Marco
Rillo 

CARLOS ALEXANDRE-VICE

PLANO DE GOVERNO 2024 COLIGAÇÃO AMOR POR RIO PRETO

MARCO RILLO PREFEITO

CARLOS ALEXANDRE VICE-PREFEITO

INTRODUÇÃO

O Programa da **COLIGAÇÃO AMOR POR RIO PRETO**, composta pelas federações municipais BRASIL DA ESPERANÇA (PT, PCdoB e PV) e PSOL/REDE, é estruturado em 13 eixos principais, os quais buscam apresentar alternativas para uma cidade que tenha como horizonte a dignidade e a justiça social:

- 1. SAÚDE**
- 2. EDUCAÇÃO**
- 3. ASSISTÊNCIA SOCIAL**
- 4. CULTURA**
- 5. ESPORTE E LAZER**
- 6. TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA**
- 7. MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E PROTEÇÃO ANIMAL**
- 8. MORADIA**
- 9. SEGURANÇA PÚBLICA**
- 10. DIVERSIDADE E INCLUSÃO**
 - 10.1. RAÇA**
 - 10.2. MULHERES**
 - 10.3. LGBTQIAPN+**
 - 10.4. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**
- 11. EMPREGABILIDADE**
- 12. INDUSTRIALIZAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
- 13. GESTÃO PÚBLICA E VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO**

EIXOS TEMÁTICOS

1. SAÚDE

A participação popular será uma prioridade na gestão da saúde do nosso governo, garantindo, inclusive, a efetividade das políticas públicas de saúde e como via de exercício do controle social. O nosso governo irá concretizar a Saúde como um direito fundamental do ser humano, cabendo ao município garantir as condições indispensáveis ao seu pleno exercício e o acesso à atenção e assistência à saúde em todos os níveis de complexidade dentro dos princípios da universalidade, da integralidade e da equidade de direitos.

O nosso governo promoverá a gestão descentralizada da Saúde, cada gestor deverá ser um profundo conhecedor da realidade local, respondendo por toda a rede assistencial em sua área de abrangência e conduzindo a negociação com os prestadores, usuários e trabalhadores. A política de saúde adotada terá resolutividade, com capacidade de dar solução aos problemas dos usuários dos serviços de saúde, de forma adequada, rápida, no local mais próximo de sua residência.

Prioridades do nosso governo para a saúde:

- Ampliar o acesso às especialidades, descentralizando seu atendimento para os cinco distritos da cidade;
- Ampliar a oferta de exames em parceria com os serviços contratados pelo SUS;
- Fortalecer as parcerias com as faculdades formadoras de profissionais de saúde, desenvolvendo políticas integradas para fixação dos profissionais no município;
- Ampliar o horário de atendimento de unidades básicas, priorizando aquelas de bairros em que a população trabalha fora, até às 22h;

- Implantar educação continuada para os profissionais da atenção básica para aumentar a sua resolutividade;
- Garantir em todas as UPAS a presença do pediatra;
- Retomar o projeto “Saúde em movimento” e estimular práticas complementares que melhorem nossa qualidade de vida;
- Repactuar os atendimentos dos munícipes de São José do Rio Preto no Hospital de Base;
- Repactuar como todos os hospitais vinculados ao SUS o seu papel na rede assistencial do município;
- Ampliar e equipar os serviços de vigilância à saúde do município para o controle das doenças transmissíveis;
- Ampliar e reformar as unidades de saúde que se encontram inadequadas para o atendimento da população;
- Criar CAPS 24 horas e implantar residências terapêuticas;
- Criar possibilidades de atendimento de urgência e emergência em saúde mental em hospitais gerais parceiros do SUS;
- Criar mais duas equipes de Atenção Domiciliar;
- Implantar plano de cargos, carreira e salários para os profissionais de saúde e instituir uma mesa permanente para a sua elaboração, com a participação dos trabalhadores e seus representantes de classe, para ser concretizado em nosso governo, visto que temos convicção que os profissionais de saúde são os que garantem a qualidade e a humanização da assistência.

2. EDUCAÇÃO

Em 2024, a capacidade financeira de investimento obrigatório em educação ultrapassa os R\$ 650 milhões, o que possibilita que a cidade de Rio Preto se torne uma potência na área da educação. Nesse sentido, queremos construir um governo que pense nas pessoas, o que significa ampliar o investimento obrigatório e recuperar a década perdida na educação.

Nosso compromisso é construir uma educação pública de qualidade, inclusiva e acessível a todos. Implementando estratégias que possam garantir que nossas escolas sejam espaços de aprendizado, desenvolvimento e crescimento para todos os estudantes, estabelecendo um pacto social com base sólida para o futuro da educação e das crianças de São José do Rio Preto.

Prioridades do nosso governo para a educação:

- Tratar a Educação realmente como um direito humano fundamental e inalienável, assegurando o acesso universal e igualitário a uma educação de qualidade para todos;
- Garantir a estrutura adequada para que os profissionais da educação tenham o direito de ensinar;
- Prover condições pedagógicas adequadas, com recursos humanos e materiais, para que todas as crianças tenham as possibilidades de aprendizagem adequada no nível de escolarização;
- Implementar um programa de obras públicas para a construção de novas unidades escolares e garantir as parcerias com o governo federal para zerar o déficit de vagas em creches, garantindo a todas as unidades adequações de acessibilidade em todos os espaços escolares, além de parques, quadras e bibliotecas/brinquedotecas;

- Investir na manutenção de escolas, garantindo ambientes seguros, acessíveis e bem equipados para alunos e professores, além de implementar programas de modernização das instalações escolares, incluindo bibliotecas, brinquedotecas, laboratórios, áreas esportivas e os parques na educação infantil;
- Assegurar a existência de recursos materiais e tecnológicos adequados a cada necessidade e realidade escolar, como computadores, internet e outros dispositivos, para apoiar o processo de ensino e aprendizagem, com ênfase na redução das desigualdades educacionais;
- Promover a sustentabilidade nas construções escolares, utilizando recursos e práticas que minimizem o impacto ambiental com a anergia solar;;
- Desenvolver o Custo Aluno Qualidade (CAQ) específico para São José do Rio Preto, a fim de identificar a estrutura física e pedagógica adequada para cada unidade escolar e implementar um padrão de qualidade que definirá o valor necessário para os alunos de cada Unidade Escolar, bem como as condições necessárias para garantir a educação de qualidade;
- Instituir os conselhos escolares como instância máxima de deliberação na Unidade Escolar, com participação ativa e deliberativa da comunidade, para monitorar e fiscalizar a aplicação e manutenção do CAQ na Unidade Escolar, especialmente quanto aos recursos destinados;
- Implementar políticas de inclusão para garantir que todas as crianças, a partir da criação do NAI – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, com cargos e estrutura próprios para constituir equipe multidisciplinar, incluindo a educação especial, para garantir que todos os espaços físicos e materiais pedagógicos sejam adequados à política de inclusão da rede municipal de educação, de modo que todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica e condição física, tenham as mesmas oportunidades educacionais de aprendizagem;

- Determinar investimentos exclusivos nas Unidades Escolares, realocando os equipamentos pendurados na Secretaria de Educação para cada secretaria adequada, além de utilizar a estrutura vinculada à Secretaria Municipal de Educação exclusivamente com a educação municipal, vinculada aos projetos políticos pedagógicos das unidades escolares;
- Implementar programas de educação integral para estruturar todas as escolas em condições adequadas à educação com qualidade e não apenas como uma soma de atividades assistenciais desvinculadas ao projeto político pedagógico da Unidade Escolar;
- Garantir que nenhum aluno estude a mais de 2 km de sua residência;
- Universalizar o atendimento de creches e aplicar o limite de alunos por sala de aula para garantir uma educação de qualidade;
- Realizar análise técnica de engenharia em toda a estrutura das Escolas Municipais, além de reconstituir toda a rede elétrica para instalação de ar-condicionado nas unidades;
- Mudar o modal de energia elétrica de todas as Unidades Escolares, usando o telhado das Unidades Escolares para a produção de energia solar e reduzindo o gasto com energia elétrica;
- Garantir o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e mantê-lo atualizado em todas as Unidades Escolares;
- Regularizar o Laudo Sanitário de todas as cozinhas escolares e das Unidades Escolares de Educação Infantil;
- Fortalecer e estruturar o setor de fiscalização de contratos da Secretaria Municipal de Educação;
- Garantir a contratação de mais professores para pôr fim a sobrecarga e a substituição forçada;
- Implementar políticas de valorização e formação contínua dos profissionais da educação, vinculada a universidades públicas;

- Instituir o programa pró-funcionário e incluir no plano de carreira a existência de profissionais com formação para a manutenção básica em cada Unidade Escolar;
- Criar o Plano de Carreira dos Funcionários de Escola e valorizar todos os funcionários das escolas, implementando planos de carreira e incentivos para assegurar uma carreira baseada na evolução funcional por tempo de serviço e formação acadêmica e profissional para os trabalhadores da educação;
- Reorganizar o Plano de Carreira do Magistério e valorizar a evolução funcional por tempo e formação profissional;
- Recompôr os cargos de nível médio e garantir o plano de carreira com evolução por formação em nível técnico e a equiparação das gratificações com os profissionais do magistério;
- Assegurar que 40% da jornada do professor seja dedicada ao planejamento, estudo e avaliação das atividades pedagógicas, sem interação direta com os alunos, nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008;
- Aplicar a jornada de trabalho de 6 horas para os especialistas (coordenador, diretor e supervisor) e funcionários da escola, incentivando a formação continuada;
- Estender as 3 horas de Local de Livre Escolha aos especialistas, incentivando a formação continuada;
- Contratar mais profissionais especializados para atender às necessidades de inclusão nas escolas, para o fim de garantir a infraestrutura adequada para receber alunos com deficiência, proporcionando um ensino inclusivo de qualidade;
- Universalizar a oferta de vagas em creches, possibilitando o mapeamento de demandas de vagas por região, a fim de contribuir com o planejamento de construção de novas unidades;
- Reorganizar o módulo de pessoal das Unidades Escolares e adequar o número de funcionários por escola para garantir a integridade e segurança dos alunos

- com qualidade, reduzindo superlotação das salas de aula para um ambiente de aprendizado mais adequado para o acompanhamento individual dos alunos;
- Garantir o apoio necessário aos servidores com deficiência e aos pais/mães com filhos com deficiência;
 - Adequar o número de alunos em cada sala de aula de acordo com o projeto político pedagógico da Unidade Escolar, garantindo que o ambiente seja propício ao aprendizado de todos os alunos, propiciando a reorganização da rede escolar, de acordo com os seguintes parâmetros de professor-aluno:
Crianças de 0 a 11 meses: 1 professor para cada 6 crianças;
Crianças de 1 ano a 1 ano e 11 meses: 1 professor para cada 8 crianças;
Crianças de 2 anos a 3 anos e 11 meses: 1 professor para cada 11 crianças;
Crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses: 1 professor para cada 15 crianças;
Ensino Fundamental Iniciais: Máximo de 20 alunos por sala;
Ensino Fundamental Finais: Máximo de 25 alunos por sala.
 - Reverter o fechamento das salas de aula, garantindo que os alunos estudem próximo de suas casas;
 - Promover a expansão do período integral para todas as escolas de Ensino Fundamental II, assegurando que cada estudante tenha acesso a um ensino de qualidade e a um ambiente educacional completo;
 - Garantir a infraestrutura tecnológica adequada em todas as Unidades Escolares, com banda larga, computadores, tablets e acesso à internet de alta velocidade nas salas de aula e laboratórios de informática modernos e bem equipados, garantindo acesso igualitário às ferramentas tecnológicas;
 - Oferecer formação continuada em tecnologia para professores e funcionários, garantindo que estejam aptos a utilizar ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem;
 - Desenvolver e implementar ambientes virtuais de aprendizagem, proporcionando recursos educativos digitais de alta qualidade, como laboratórios de robótica e tecnologia nas Escolas de Ensino Fundamental;

- Implementar mecanismos de fiscalização e transparência na aplicação dos recursos educacionais, possibilitando que os gastos sejam especificados no portal transparência por Unidade Escolar, descrevendo especificamente os investimentos;
- Criar conselhos escolares com participação ativa e deliberativa da comunidade para monitorar a aplicação e manutenção do CAQ na Unidade Escolar;
- Construir a Conferência Municipal de Educação com a realização de etapas em todas as Unidades Escolares para rediscutir o projeto de Educação para o município de São José do Rio Preto;
- Promover diálogo constante entre o poder público, profissionais da educação e a comunidade escolar para construir um projeto de educação como política pública que sane as reais necessidades das escolas e comunidades;
- Incluir o Conselho Municipal de Educação (CME) e o Conselho do FUNDEB como órgãos deliberativos sobre a utilização dos recursos da educação, assegurando que as decisões sejam tomadas de maneira transparente e democrática, com foco na qualidade e equidade da educação. O CME será responsável por regular a aplicação do CAQ no município, garantindo que todos os padrões de qualidade sejam cumpridos;
- Criar equipes responsáveis pelo acompanhamento de estudantes em condição de vulnerabilidade para reduzir a evasão escolar;
- Cumprir com o que dispõe a Lei Federal nº 13.935/2019 quanto à presença de psicólogas e assistentes sociais nas escolas;
- Construção de Unidades Escolares de Nível Médio: O Ensino Médio é um nível de escolaridade sob responsabilidade do governo do Estado, mas as autoridades da educação municipal atuarão para convencer o governo do Estado a investir em educação com qualidade e construir mais Unidades Escolares de Nível Médio próximas às residências dos alunos. A expansão urbana desorganizada da cidade não foi acompanhada pela infraestrutura escolar adequada, obrigando os estudantes a se deslocarem grandes

distâncias diariamente. A construção dessas novas unidades visa garantir que os alunos possam estudar mais perto de suas casas, melhorando a qualidade de vida, o rendimento escolar e combater a evasão escolar;

- Implantação de Universidade Federal em Rio Preto: O governo Lula anunciou a implantação de uma Universidade Federal em Rio Preto. Diferente dos governos anteriores, que não realizaram articulações para garantir, de fato, a ampliação de investimento, as autoridades da educação municipal, lideradas pelo Prefeito, atuarão com prioridade para ampliação do investimento. Não faremos como o governo Edinho, que usou recursos da Educação Básica para manter o convênio com o Instituto Federal. Nosso compromisso é garantir que os recursos destinados à educação sejam usados de forma adequada e eficiente para promover o desenvolvimento educacional em todos os níveis.

3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quando as políticas públicas não conseguem atender adequadamente às necessidades básicas das pessoas, como habitação acessível, cuidados de saúde mental, tratamento de dependências químicas, programas de emprego e treinamento, entre outros, as pessoas podem se sentir deixadas para trás ou incapazes de encontrar ajuda dentro do sistema existente.

Atualmente, parte significativa dos serviços de acolhimento prestados pela Assistência Social encontram-se terceirizados. Estamos num contexto de precarização destes serviços, com alta rotatividade de trabalhadores, o que é bastante prejudicial para a construção de vínculos, condição essencial para o trabalho com a população vulnerável.

Em nosso município, verificamos que a população permanece na rua, sobretudo, em decorrência da insuficiência de todo o sistema de apoio social. Há uma política completamente desarticulada, que não garante a devida assistência, o que pode dificultar ou, até mesmo, impedir que estes cidadãos acessem esses serviços.

É importante contextualizar que a falta de efetividade das políticas públicas para a População em Situação de Rua reflete também a realidade de uma parcela significativa da população periférica e de famílias em situação de vulnerabilidade em nossa cidade. Esses grupos enfrentam extrema pobreza e fome, agravadas por processos burocráticos no atendimento social e pela falta de vontade política dos gestores municipais.

Um olhar mais atento ao orçamento municipal nos permite observar que apenas 1,8% dos recursos orçamentários são destinados à assistência social. Não há qualquer indicativo de destinação orçamentária para políticas específicas à População em

Situação de Rua, sendo que, atualmente, há cerca de 1.050 pessoas nesta condição social.

Prioridades do nosso governo para a assistência social:

- Garantia, no âmbito do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), de participação, reflexão e interlocução entre gestores, trabalhadores do SUAS, usuários, conselheiros e demais atores envolvidos direta ou indiretamente com a Assistência Social nos equipamentos públicos e da rede socioassistencial, com vistas a fortalecer o caráter descentralizado, participativo e democrático da Política de Assistência Social;
- Fortalecimento do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS junto às decisões relevantes para execução da Política de Assistência no Município;
- Criação de canais de interlocução com os trabalhadores de todas as unidades da Assistência Social tendo em vista o planejamento de gastos dos recursos e aquisições para realização do trabalho nos locais em que atuam;
- Fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social como um espaço democrático efetivo, através de um controle social que permita e estimule a participação principalmente de usuários e trabalhadores, assim como de entidades e governo;
- Garantia da Efetivação do SUAS através do financiamento dos serviços de proteção social básica, média e de alta complexidade que assegurem o atendimento e superação das demandas das famílias e indivíduos em vulnerabilidade social e direitos violados;
- Implementação de ações de inclusão produtiva, qualificação profissional, primeiro emprego, com a criação e potencialização de centros de formação profissional, cooperativas, geração de trabalho e renda – em parceria com os equipamentos existentes, com oferta nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);

- Garantia de que a população atendida pela assistência social tenha prioridade nas entidades socioassistenciais cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social que atuam com inclusão no mercado de trabalho;
- Oferta de oficinas e cursos aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, priorizando seu atendimento nas entidades que preparam e encaminham jovens ao mercado de trabalho;
- Estabelecimento de diretrizes, critérios e constante avaliação dos serviços socioassistenciais, por meio da definição de metas, parâmetros de eficiência e eficácia dos serviços ofertados pelas instituições parceiras da Prefeitura;
- Apoio aos Conselhos Tutelares, com implantação de, pelo menos, mais uma unidade do Conselho Tutelar na cidade, fazendo a redistribuição geográfica e garantindo formação continuada e todas as condições objetivas necessárias para suas atividades;
- Regulamentação dos Benefícios Eventuais, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, atualmente inexistente no município, para garantir benefícios à população que deles necessitar, preferencialmente em pecúnia e/ou bens de consumo, em situações de calamidade pública, situação de nascimento, situação de morte, vulnerabilidade temporária, desabrigamento ou despejo (com aluguel social), dentre outras situações adversas urgentes;
- Garantia de que em todas as unidades que compõem a rede socioassistencial tenham equipes multidisciplinares, conforme estabelecido pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e Cadernos de Orientações Técnicas (CRAS e CREAS);
- Ampliação da oferta de serviços de Centro Dia para pessoas idosas e pessoas com deficiência, garantindo seu transporte ao equipamento;
- Implementação do Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias e criação de serviços de cuidadores

domiciliares (em parceria com a Saúde) a este público, garantindo sua permanência e convivência no seio de sua família;

- Ampliação do atendimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos existentes;
- Implantação de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em territórios vulneráveis, aproveitando prédios públicos como os espaços “CEO”, no Bairro Nova Esperança, e “Eco Santo Antônio”, no Bairro Santo Antônio;
- Criação prioritária do Centro de Convivência da Juventude (CCJ) na Região Norte;
- Criação do Programa Municipal de Apoio à Juventude, a fim de estabelecer políticas públicas intersetoriais que combatam a evasão escolar e a violência, bem como propiciem aos jovens acesso aos bens culturais, de lazer e esporte, assim como o incentivo à formação técnica, profissional e acadêmica;
- Implementação de políticas para idosos de forma integrada, com centros de convivência regionalizados e integrados aos serviços específicos de abordagem;
- Implementação do Serviço de Acolhimento digno, como República e Casa de Passagem, para atender famílias e pessoas em situação de rua;
- Ampliação da legislação local para construir, em um processo amplo e democrático, um Plano Municipal de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua para viabilização da Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua – Lei Federal nº 14.821/2024), do Plano Ruas Visíveis e do Programa Moradia Primeiro;
- Implementar programas eficazes para atender às necessidades da população em situação de rua com financiamento adequado, garantindo, como prioridade orçamentária, os investimentos públicos necessários para aplicação do Plano Municipal de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua, envolvendo múltiplos órgãos governamentais em diferentes níveis (federal,

estadual e municipal), bem como parcerias com organizações da sociedade civil;

- Implantação de plano de cargos, carreira e salários para os profissionais da Assistência Social, tendo em vista fomentar suas qualificações, priorizando-se os trabalhadores que se encontram na linha de frente do atendimento à população.

4. CULTURA

A Cultura de nossa cidade carece de uma estrutura adequada, que alcance toda a cidade. Em que pese o Sistema Nacional de Cultura preconize que orçamento de, pelo menos, 1%, nosso município destina o somente 0,3% de sua receita a pasta, atualmente o pior orçamento do estado de São Paulo.

Rio Preto é um espaço de variedade e diversidade artística, que deve ser fomentada, para se alcançar maior formação e ampliação. Ocorre que as últimas gestões municipais entendem Cultura não como um direito de todos, mas sim como ações e eventos pontuais.

Prioridades do nosso governo para a cultura:

- Investimento para a Secretaria Municipal de Cultura de, no mínimo, 1% da receita corrente líquida apurada no exercício anterior, para a implementação de políticas de incentivo e apoio financeiro à cultura, para garantir a todos o acesso aos meios de criação, produção, difusão, distribuição e utilização de bens e serviços culturais;
- Implementação do Fundo Municipal de Fomento à Cultura, com o objetivo de unificar e coordenar as linhas de financiamento municipal, ampliando os recursos disponíveis e atingindo as áreas até agora não contempladas, e com dotação orçamentária determinada em lei;
- Cultura em toda parte, com a instalação, recuperação e remodelação de equipamentos culturais, implementando uma política de descentralização que garanta visibilidade às produções até agora marginalizadas, garantindo-se o fomento e a formação artístico-cultural da população;
- Criação, em quatro anos e nas regiões mais afastadas do centro da cidade, de dois Centros Culturais de Referência, com arquitetura sustentável, contendo biblioteca, teatro multiuso, equipamento de audiovisual, salas de exposição,

livraria, oficinas de artesanato, ludoteca, espaços de convivência (para jovens, adultos e terceira idade);

- Transformação dos espaços já existentes – equipamentos de cultura, educação, esporte ou mesmo parques e praças – em polos multifuncionais, assegurando a existência de equipamentos culturais em todas as regiões da cidade;
- Instituição de programa de racionalização e otimização da circulação da produção cultural, reduzindo a inatividade e a capacidade ociosa dos equipamentos culturais;
- Requalificação e democratização do uso dos Teatros Municipais para grupos e companhias de teatro da cidade;
- Estímulo e incentivo à criação de cineclubes, organizando uma rede de difusão e debates sobre a produção audiovisual contemporânea e a história do cinema nacional e mundial;
- Criação da Virada Cultural Municipal, tornando-a atividade recorrente, estendendo-a para além da região central e procurando valorizar outras regiões da cidade e suas manifestações culturais;
- Transformação do complexo da Swift em um centro de formação permanente nas diversas linguagens artísticas, nos saberes artesanais e no cultivo da cultura popular, tradicional e espontânea;
- Criação de Escolas e Núcleos de Cultura Tradicional e Práticas Artesanais, considerando que essas organizações, à maneira das Escolas de Samba, agrupam e disseminam saberes específicos, em diferentes áreas como o Circo, a Capoeira e as mais variadas manifestações da nossa rica cultura caipira;
- Estabelecimento de programa permanente de oficinas, cursos, workshops e ateliês, contínuos e itinerantes, que percorram periodicamente os espaços culturais administrados pelo poder municipal;

- Implementação de cursos de formação dedicados à qualificação dos agentes envolvidos na administração de patrimônio, museus, centros culturais, casas de cultura e outros equipamentos culturais públicos;
- Elaboração de políticas de mapeamento e divulgação da diversidade cultural rio-pretense;
- Elaboração de inventário sobre a diversidade cultural de Rio Preto, listando e georreferenciando todo patrimônio material e imaterial da cidade;
- Criação de Portal de Informação Cultural da cidade, destacando os eventos da semana, a programação cultural fomentada pela Secretaria Municipal, as atividades culturais e festas permanentes que ocorrem periodicamente na cidade;
- Criação de mecanismos, premiações, programas de incentivo e fomento à crítica cultural, em suas diversas modalidades;
- Ampliação e modernização dos programas de incentivo à cultura já existentes no município;
- Lançamento de novos editais para fortalecer centros de cultura e espaços de produção artística, com apoio aos existentes e criação de condições para que se estabeleça uma rede de conexão entre eles;
- Lançamento de editais que contemplem manifestações artísticas e culturais pouco consolidadas e valorizadas pelo mercado;
- Criação do programa Bolsa-cultura, com financiamento no formato de bolsa, que remunere mensalmente o agente cultural e permita a prestação de contas da aplicação dos recursos, de modo simplificado e desburocratizado;
- Implantação do Sistema Municipal de Cultura;
- Atualização e ressignificação de todo conteúdo gerado pelas conferências municipais de cultura, que foi desprezado ao longo de toda gestão pelo atual governo;

- Constituição de Política de Intercâmbio entre a Secretaria da Cultura, as demais secretarias municipais e órgãos da prefeitura para desenvolver programas educativos e culturais;
- Elaboração e implantação de um Plano Municipal do Livro e da Leitura;
- Implantação do projeto “Bibliotecas das Comunidades” em praças e outros espaços públicos;
- Reformulação dos Museus existentes na cidade, de modo que passe a contemplar tanto o patrimônio material como o imaterial, tanto espaços históricos como manifestações tradicionais e cotidianas;
- Valorização e ampliação da visibilidade das principais obras artísticas e culturais da cidade – dentro da concepção de museu a céu aberto –, tais como monumentos públicos, projetos arquitetônicos e bairros históricos, e até mesmo manifestações efêmeras, como grafites, rituais afro-brasileiros e indígenas etc;
- Recuperação e requalificação de equipamentos culturais e prédios públicos de valor histórico;
- Criação do Museu do Trabalhador e da Trabalhadora, tendo como eixo a história da construção da cidade pela ótica das trabalhadoras e trabalhadores;
- Criação do Museu da Diversidade Cultural, a ser constituído a partir de todas as etnias que ajudaram a construir nossa cidade e nossa cultura;
- Atualização da legislação vigente de preservação do patrimônio histórico e artístico material e imaterial rio-pretense;
- Realização de trabalho coletivo e colaborativo de mapeamento da cidade (cartografia crítica e afetiva), com detalhamento de seus problemas e soluções, a ser desenvolvido em parceria com a sociedade civil;
- Estímulo a ações de ocupação das ruas por artistas e produtores culturais, como forma de ampliar o compromisso dos cidadãos com o espaço público; organização e articulação de processos de realidade aumentada com a colaboração dos cidadãos construindo os caminhos múltiplos entre o ciberespaço e os prédios, praças e ruas;

- Fomento aos meios alternativos de comunicação e cultura livres, em especial ao midialivrisimo, música livre, estúdios livres, às plataformas de comunicação em rede, como blogs e sites de produção de conteúdo informativo, saraus e espaços de literatura;
- Criação de Casas de Cultura Digital que, dotadas de banda larga em alta velocidade, se constituirão em centros de inovação em tecnologia digital e produção de conteúdo audiovisual.

5. ESPORTE E LAZER

Em nosso município, o esporte e o lazer também não são tratados como um direito a ser garantido a toda a população. Atualmente, estas políticas se localizam em eventos pontuais e desarticulados com as demandas locais, de modo que se faz urgente uma reformulação total na estrutura da Secretaria de Esportes e Lazer, universalizando seu acesso.

No governo terá o objetivo de reinserir o esporte e o lazer em seus respectivos papéis sociais, para que possamos formar cidadãos e cidadãs dotados de valores como a socialização, a cooperação, a solidariedade, o espírito de equipe e a disciplina.

Prioridades do nosso governo para o esporte e lazer:

- Garantia a todos os cidadãos da universalização do direito ao esporte e ao lazer de qualidade de acesso, mediante a ampliação da oferta de atividades esportivas, competitivas e de lazer a toda a população;
- Ampliação e institucionalização de canais de diálogo com as entidades esportivas e a sociedade;
- Ampliação e manutenção adequada da rede de equipamentos públicos, para garantir a prática esportiva com segurança, especialmente em bairros mais distantes;
- Instituição da volta das Infantíades e Riopretíades como forma de promover a integração e o incentivo à prática esportiva por nossas crianças e jovens;
- Alteração da lei do Auxílio Atleta, tornando o processo de escolha do beneficiário mais democrático, transparente e rigoroso, a fim de se evitar fraudes, como as que ocorreram nos últimos anos;
- Adequada utilização do Fundo Pró Esporte Amador (Lei Ordinária 5.689/94), para, através dele, levantar fundos para manutenção das quadras, ginásios e demais espaços públicos ligados à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

- Criação do programa Segundo Tempo, para oferecer atividades esportivas diversas a estudantes de todas as faixas etárias no contraturno escolar, de modo a incentivar a prática esportiva e, ao mesmo tempo, descobrir novos talentos no esporte que poderão representar a nossa cidade;
- Contratação de professores para ministrarem aulas esportivas por meio de processo seletivo;
- Criação de circuito esportivo/recreativo, artístico e cultural itinerante, promovendo acesso ao esporte, arte e cultura, e revertendo o quadro de isolamento social, contribuindo para a integração dos moradores intra e interbairros.

6. TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Rio Preto é uma cidade em constante crescimento populacional e econômico, cuja dinâmica afeta o deslocamento das pessoas e impacta a capacidade do sistema viário e o transporte público.

Hoje, o município tem uma média de 90 veículos registrados para cada 100 habitantes, perfazendo a maior proporção entre carros e habitantes entre as cidades paulistas com mais de 250 mil habitantes. Durante a semana, soma-se à frota veículos das cidades vizinhas, que circulam pela cidade para trabalho, compras, consultas médicas, entre outras finalidades características de uma região metropolitana.

Este cenário contrasta-se com a redução em 31,80% no número de passageiros no Transporte Público, no período de uma década.

O subsídio à tarifa de ônibus é desprovido de qualquer preocupação social ou como uma forma de investimento público que resulte em bem-estar coletivo. É, essencialmente, a resultante de uma equação financeira para manutenção entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão.

A manutenção deste modelo ensejará uma crise insolúvel de financiamento do transporte coletivo. É urgente, a adoção de um modelo de mobilidade urbana que privilegie o transporte coletivo com uma gestão pública estruturada para atender as necessidades da população e não apenas a remuneração empresarial.

Prioridades do nosso governo para o transporte e mobilidade urbana:

- Integração da política de mobilidade urbana com a de uso e ocupação do solo e de desenvolvimento urbano, como preveem as legislações atualmente

vigentes e estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Elaboração e execução do plano recuperação asfáltica, dentro das melhores normas técnicas brasileiras para o setor, priorizando as avenidas de grande circulação de nossa cidade;
- Elaboração de projetos prioritários, estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado, contemplando o transporte coletivo, os meios não motorizados sobre os motorizados, os serviços de transporte coletivo sobre o transporte individual motorizado e a complementaridade entre meios de mobilidade urbana e serviços de transporte urbano;
- Construção de um plano ciclovitário, com ciclovias e ciclofaixas em toda a cidade;
- Redução dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e bens na cidade;
- Incentivo ao desenvolvimento tecnológico e ao uso de energias renováveis e não poluentes, com prazo de 10 anos para que toda a frota de ônibus use energia sustentável, fazendo uma descarbonização da matriz energética dos veículos coletivos;
- Desenvolvimento de trabalho permanente de educação para o trânsito;
- Congelamento das tarifas de ônibus pelos próximos 4 anos;
- Implementação da tarifa zero aos domingos para as pessoas poderem desfrutar do lazer, priorizando-se estudantes e pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Melhoria e adequação de todos os ônibus do transporte municipal, no prazo de 10 anos, dotando-os de piso baixo, wi-fi e ar-condicionado;
- Desenvolvimento de um plano de calçadas, com geometria adequada, rampas e piso antiderrapante;
- Instalação de proteção do sol em todos os pontos de ônibus;
- Instituição de um protocolo rigoroso de higiene no transporte público;

- Promover o aumento da frota, proteção aos motoristas e cobradores;
- Construção de miniterminais urbanos, com o objetivo de promover a integração dos pontos de acesso à cidade;
- Ampliação de linhas e horários de ônibus, sobretudo em bairros periféricos;
- Ampliar a fiscalização dos mecanismos de medição e controle do transporte coletivo, por meio de análise de número de passageiros e quilometragem;
- Criação de Conselho Municipal de Transporte Coletivo de Mobilidade Urbana, a fim de auxiliar a fiscalização e implementação do transporte coletivo urbano e de outros meios de mobilidade urbana.

7. MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO BÁSICO E PROTEÇÃO ANIMAL

As soluções ambientais devem ser construídas coletivamente, com a população dos territórios. A cidade deve ser pensada de maneira articulada e as políticas aplicadas devem priorizar a preservação ambiental e ter o compromisso com a redução dos impactos das mudanças climáticas.

Rio Preto tem sofrido os efeitos dos eventos climáticos extremos por meio de estiagens cada vez mais intensas, que provocam queda significativa na umidade do ar, aumento na temperatura média, tornando os dias sufocantes e quentes. É preciso considerar que esses eventos são mais cruéis com os mais vulneráveis, que dispõem de menos recursos, e, que por tanto, serão alvo preferencial das intervenções da prefeitura.

A perda de áreas verdes e arborizadas contribui para o aumento da temperatura, redução da umidade do ar, perda de água superficial e redução na capacidade de recarga de lençóis freáticos e aquíferos.

No sistema atual de coleta e destinação de resíduos sólidos em Rio Preto não há incentivo efetivo à coleta seletiva, que hoje acontece em menos de 10% do município.

Ademais, os inúmeros projetos de parcelamento de solo que nos últimos anos converteram áreas rurais em urbanas foram responsáveis, e ainda são, pela supressão de árvores, quer isoladas ou em pequenos fragmentos de vegetação nativa, pelo assoreamento de córregos e nascentes, pelo aumento dos vazios urbanos, com um número significativo de lotes sem edificações que não são limpos nem por seus proprietários nem pelo poder público.

Prioridades do nosso governo para o meio ambiente

- Revisão e aplicação do Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU), com ênfase na elaboração de um inventário da arborização, mapeamento de índice de projeção de copas, a fim de se verificar a ocorrência de espécies em espaços públicos e o planejamento de plantios, promovendo-se o adequado manejo e preservação ambiental;
- Ampliação e preservação de áreas verdes municipais;
- Instituição de programas que incentivem a manutenção dos fragmentos florestais e a restauração de APPs, na perspectiva da formação de corredores ecológicos;
- Restauração da vegetação ciliar de rios, córregos e proteção das nascentes;
- Instalação de barreiras verdes em prédios públicos;
- Ativar e fomentar o Comitê de Mudança Climática (COMCLIMA - Decreto nº 18.968, de 19 de julho de 2021), que ajude na formulação de políticas e ações que permitam prevenir e enfrentar eventos climáticos extremos;
- Incentivo à produção agroecológica de alimentos mediante Programa de Hortas Urbanas Comunitárias a serem implantadas em terrenos não edificados dentro das comunidades e nas escolas municipais que disponham de espaço;
- Destinação dos recursos do ICMS Ecológico para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, permitindo sua aplicação na defesa e preservação do meio ambiente;
- Implementação de um Sistema de Gestão dos Resíduos sólidos pautado em:
 - (i) Retenção dos resíduos no município por meio do incentivo à Economia Circular Local;
 - (ii) Tratamento dos resíduos orgânicos para redução na emissão de gases de efeito estufa (GEE);
 - (iii) Fomento à compostagem in situ nos domicílios, condomínios, escolas e estabelecimentos públicos e privados;

- (iv) Apoio a Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis com recursos oriundos da Taxa de Resíduos Sólidos e Regularização dos Grandes Geradores;
- Instituição de calendário para a coleta seletiva, que deverá ocorrer uma vez por semana em todos os bairros da cidade, começando progressivamente e pelos bairros com população de menor renda;
- Criação de pontos de coleta para entrega voluntária, permitindo que os moradores dos demais bairros possam destinar seus recicláveis enquanto a coleta não chega nos seus bairros;
- Incentivo financeiro às cooperativas de catadores na aquisição de equipamentos necessários para ampliação de sua capacidade de prestação de serviço, mediante a implantação da logística reversa progressiva, com destinação de seus produtos às cooperativas de catadores.

Prioridades do nosso governo para o saneamento básico:

- Realização de inventário da coleta e tratamento de esgoto, da coleta e destinação dos resíduos sólidos e do abastecimento de água a fim de:
 - (i) Eliminar redes clandestinas de esgoto;
 - (ii) Melhorar a eficiência do sistema eliminando perdas de água tratada por vazamentos;
 - (iii) Levar os serviços de saneamento a todas as comunidades de Rio Preto, incluindo os loteamentos não regularizados;
 - (iv) Implantar a coleta seletiva domiciliar em toda a cidade, no prazo de 2 anos;
- Fortalecimento do Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto (SeMAE) por meio da valorização de seus trabalhadores e trabalhadoras e em contraposição a toda e qualquer proposta de privatização.

Prioridades do nosso governo para a proteção animal:

- Criação de abrigo público para cães e gatos, com apoio em ração e medicamentos para tutores em situação de vulnerabilidade social;
- Ampliação da castração gratuita de cães e gatos, com facilidade de cadastro e acesso ao serviço;
- Implantação do hospital público veterinário;
- Ampliar a parceria com as ONGs de proteção aos animais para projetos de cuidados dos animais;
- Estruturação e fortalecimento do canal de comunicação e denúncia de situação de maus-tratos;
- Capacitação de servidores para o atendimento de situação de risco, maus-tratos e abandono de animais;
- Criação e implementação de Plano Municipal de Proteção e Defesa dos Animais;
- Criação de Código Municipal de Direitos e Defesa do Bem-Estar Animal.

8. MORADIA

Rio Preto carece de planejamento urbano, a cidade precisa ser avaliada de forma integrada, considerando os valores culturais e tradições das comunidades nos projetos urbanísticos, principalmente os voltados a lazer e cultura.

Os programas habitacionais devem centrar-se nas pessoas, na responsabilidade social e inclusão, devendo privilegiar a ocupação dos vazios urbanos e a redução da segregação social. Ademais, devem sempre considerar alternativas que reduzam consumo de água, energia, e materiais, considerando novas tecnologias voltadas à reciclagem, reuso e inovação.

Prioridades do nosso governo para a moradia:

- Regularização urbana de todos os loteamentos já existentes na cidade, com a garantia da função social de todas as áreas da cidade, garantindo a infraestrutura e os aparelhos públicos adequados e necessários na localidade;
- Adoção de mecanismos que impeçam o surgimento de novos loteamentos, bem como limitem a autorização de novos projetos de parcelamento de solo à demanda comprovada por novas áreas para moradia, comércio e indústria;
- Implantação do maior programa habitacional da história da cidade, com a utilização da EMCOP para a construção e a execução de um Programa de Obras Públicas, utilizando as centenas de áreas públicas;
- Democratização dos Conselhos, por meio da criação de um Conselho Popular de Habitação, autônomo e independente do Poder Executivo, eleito diretamente para sua composição e com poder deliberativo sobre a política de habitação na cidade;
- Criação da infraestrutura nos bairros afastados, com a construção da Unidade de Saúde e Escolar nesses bairros, estabelecendo uma novo modelo de

perímetro habitacional para o planejamento dos aparelhos públicos, inexistente hoje;

- Utilização de imóveis ociosos para habitação e outras finalidades alinhadas ao interesse social, visto que, atualmente, há cerca de 25 mil imóveis ociosos em Rio Preto;
- Adoção de métodos modernos de urbanização, mediante a organização compacta da cidade, redução de expansões deliberadas, redução de distância entre quadras para novos loteamentos habitacionais e fracionamento dos projetos habitacionais;
- Instalação de loteamentos de interesse sociais próximos à malha urbana consolidada, priorizando os vazios urbanos e as áreas rurais circundadas por áreas urbanas;
- Instituir programa de incentivo à ocupação dos vazios urbanos por meio de cobrança diferenciada e progressiva de IPTU dos lotes não edificadas;
- Estabelecer diálogo com os órgãos governamentais competentes, para possibilitar a redistribuição de unidades habitacionais abandonadas do Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Incentivo à descentralização do Programa Cidade Legal, a fim de que possa atender a todas as cidades da Região Metropolitana.

9. SEGURANÇA PÚBLICA

O atual governo absolutamente ignora ações que, de fato, garantam a segurança de seus munícipes, buscando parcerias que integrem as polícias civil, militar e a guarda municipal, de modo a formar um quadro que permita a prevenção e o combate à criminalidade.

Prioridades do nosso governo para a segurança pública:

- Aplicação do Plano Municipal de Segurança Pública e ampliação do efetivo da Guarda Civil Municipal;
- Gestões junto ao governo estadual para o restabelecimento do número de efetivos em nossa cidade, de acordo com os parâmetros populacionais;
- Adequação e melhoria do sistema de iluminação pública de nossa cidade;
- Implantação do serviço de inteligência de monitoramento de todas as escolas públicas municipais e pontos estratégicos da cidade, com grande fluxo de pessoas, controlado pela Guarda Municipal;
- Criação em todos os bairros de conselhos locais de prevenção à violência, com rodas de conversa e avaliação permanentes entre a Guarda Municipal e a comunidade local;
- Ampliação e incentivo à Patrulha Maria da Penha e a Ronda Escolar;
- Capacitação dos profissionais da segurança pública, especialmente no que tange às questões de direitos humanos, gênero e raça.

10. DIVERSIDADE E INCLUSÃO

10.1. RAÇA

A saúde preventiva, a empregabilidade e a segurança da população negra e indígena também serão prioridades em nosso município. As políticas antirracistas, em nosso município, requerem orçamento e gestão

É necessário ampliar as condições de acesso da população negra e indígena a todos os espaços sociais, que não sejam aqueles que, historicamente, foram-lhe reservados (o da precarização do trabalho e o da pobreza), promovendo um combate permanente a todas as formas de discriminação.

Prioridades do nosso governo para a pessoas negras e indígenas:

- Investimento da saúde pública preventiva e primária, a fim de combater a anemia falciforme, a hipertensão, o câncer de mama e a violência obstétrica;
- Garantia da aplicação da Lei Municipal de Cotas Raciais (Lei Ordinária nº 14.491/2023), para o ingresso de negros, negras e indígenas no serviço público municipal;
- Fortalecimento o Departamento de Igualdade Racial, através da adequada regulamentação, a fim de garantir a promoção de políticas públicas, com a adequada destinação de recursos públicos;
- Criação do Fundo Municipal da Igualdade Racial e fortalecimento do Conselho Municipal Afro, coletivos negros e de organizações representativas da população negra e indígena;
- Criação de incentivos fiscais e implementação de selo para empresas que tenham compromisso com a igualdade racial, especialmente no tocante à empregabilidade, plano de carreira e igualdade salarial;

- Criação de um Protocolo Antirracista para promover prevenção e conscientização dos servidores públicos municipais e sociedade civil acerca do letramento racial e racismo estrutural, a fim de se combater a evasão escolar e quaisquer violências estruturais, sobretudo violências institucionais e policiais;
- Fortalecimento dos espaços de construção e participação de política popular, com criação de cadeira para os povos originários para a composição do Conselho Municipal Afro, transformando-o em deliberativo;
- Inserção de formação obrigatória dos conteúdos da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008 para professores da rede pública de ensino, com a cobrança anual das ações relacionadas, através de acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas;
- Estruturação e fortalecimento do canal de comunicação direto de combate ao racismo, para denúncias e orientação da população vítima de violência racial, bem como encaminhamento para acolhimento de vítimas;
- Criação da Casa da Trabalhadora Doméstica, a fim de fornecer formação e orientações jurídicas, assistenciais e de saúde adequadas às mulheres empregadas domésticas, as quais são, majoritariamente, negras, responsáveis pela economia do cuidado.

10.2. MULHERES

Rio Preto não tem orçamento para desempenhar políticas para as mulheres de qualidade. O combate à violência, a economia do cuidado, a saúde integral e a empregabilidade das mulheres são elementos essenciais para aprofundarmos este debate e, principalmente, traçar estratégias para que Rio Preto seja um município seguro também para as mulheres.

Prioridades do nosso governo para as mulheres:

- Fortalecimento, ampliação, integração e estruturação da rede de proteção às mulheres, mediante uma Política Municipal de Enfrentamento à Violência contra às Mulheres e de Gênero, com o objetivo de se garantir o adequado acolhimento às mulheres vítimas de violência, bem como promover a apuração regular dos dados públicos disponíveis nas delegacias e no Tribunal de Justiça de São José do Rio Preto;
- Ampliação do número de vagas e melhoria do processo de acolhimento na Casa Abrigo e outras instituições e sistemas de acolhimento, como forma de garantir a integridade física e psicológica de mais mulheres em situação grave de violência doméstica;
- Instalação de Casa da Mulher Brasileira de São José do Rio Preto;
- Fortalecimento e incentivo da saúde primária, com ênfase na prevenção e promoção de saúde da mulher, com a redução de tempos de espera para realização de consultas e exames de rotina, como Papanicolau e mamografia;
- Criação de uma rede efetiva de atenção à saúde materno-infantil, garantindo à mulher atendimento humanizado no pré-natal, parto e puerpério, além de ações de planejamento reprodutivo e combate à violência obstétrica em todas as regiões do município;
- Implementação de programas de dignidade menstrual, para o fornecimento gratuito de absorventes para meninas, mulheres e pessoas que menstruam, que se encontram em condição de vulnerabilidade social;
- Implementação de políticas de promoção de empregabilidade e permanência das mulheres no mercado de trabalho, com garantia de igualdade salarial e de formação profissional, visando o combate à discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho;
- Incentivo às políticas de transferência renda às mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, para erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres;

- Criação de Política Municipal de Cuidados, a fim de garantir a valorização e igualdade do desempenho do trabalho doméstico e de cuidado, como o aumento de vagas em creches e dos serviços de atenção aos idosos.
- Criação do Fundo Municipal da Mulher e fortalecimento do Conselho Municipal da Mulher, coletivos feministas e demais e de organizações representativas de mulheres trabalhadoras urbanas e do campo.

10.3. LGBTQIAPN+

Em nosso município, a realidade da população LGBTQIAPN+ é marcada pela invisibilidade. Nos últimos anos, a atual gestão impediu a aprovação do Conselho Municipal da Diversidade Sexual e de Gênero, o qual foi três vezes rejeitado pela base governista da Câmara Municipal de São José do Rio Preto. Como um reflexo disso, em especial a população trans tem sofrido com a desassistência da rede municipal de saúde.

Isto evidencia a conduta homotransfóbica da atual gestão municipal, uma vez que a restrição e a mitigação de direitos também representam uma violência.

Prioridades do nosso governo para a pessoas LGBTQIAPN+:

- Criação do Conselho Municipal da Diversidade Sexual e de Gênero;
- Criação da Casa de Acolhimento LGBTQIAPN+, garantindo-se atenção prioritária às pessoas transexuais;
- Implementação de políticas de promoção de empregabilidade e permanência das pessoas LGBTQIAPN+ no mercado de trabalho, com garantia de igualdade salarial e de formação profissional;
- Estruturação e fortalecimento do canal de comunicação direto de combate à homotransfobia, para denúncias, orientação e para acolhimento de vítimas;

- Capacitação dos entes públicos para o atendimento da população LGBTQIAPN+, especialmente em relação à saúde, educação e segurança;
- Fortalecimento e incentivo da saúde primária, com ênfase na prevenção e promoção das pessoas LGBTQIAPN+, com a ampliação de atendimento de tratamentos hormonais para pessoas transexuais.

10.4. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A discriminação das pessoas com deficiência é uma realidade latente em nosso município e ocorre de diversas maneiras, tais como: pela ausência de atendimento adequado, especialmente na saúde e na educação, e pela dificuldade de acesso aos espaços públicos. Nosso objetivo é romper com este paradigma do capacitismo e promover a emancipação e justiça social a todos.

Prioridades do nosso governo para a pessoas com deficiência:

- Garantia de uma rede de serviços de reabilitação integrada, humanizada e eficiente nos pontos de atenção à saúde do município para as pessoas com deficiência, com construção de indicadores que monitorem e avaliem a qualidade dos serviços prestados;
- Promoção da inclusão produtiva das pessoas com deficiência por meio de ações de acesso ao mercado formal de geração de renda e de empreendedorismo, garantindo orçamento anual para financiar as ações de iniciação, qualificação e inserção no mercado de trabalho;
- Ampliação dos recursos para a inclusão efetiva dos estudantes com deficiência na rede municipal, como a garantia de profissional de apoio, acompanhamento individualizado, além da capacitação remunerada dos professores e profissionais da educação;
- Apoio à realização de programas de cultura, esporte e lazer que promovam a inclusão, contemplando artistas e atletas com deficiência com incentivos

financeiros à participação de editais culturais, festivais, torneios, olimpíadas e outros eventos;

- Implementação da Lei Municipal nº 14.337, de 24 de abril de 2023, que dispõe sobre as condições para o tratamento das malformações congênitas fissura labiopalatina e/ou anomalias craniofaciais e síndromes correlatas no município de São José do Rio Preto e dá outras providências.

11. GERAÇÃO DE EMPREGOS

Com uma população de 477,4 mil pessoas, São José do Rio Preto tem uma população economicamente ativa de 280 mil pessoas e conta com 150,2 mil empregos formais, no entanto temos uma baixa taxa de formalização.

Atualmente, a cidadã tem um PIB de R\$ 21 bilhões, sendo que o PIB per capita totaliza o montante de R\$ 44,7 mil.

Por outro lado, o salário médio para a população em empregos formais é de 2,7 salários mínimos. As áreas de comércio e serviços são responsáveis por mais 70% das vagas de trabalho. O desenvolvimento industrial é uma oportunidade para gerar vagas com maior rendimento em empregos que exigem qualificação técnica.

Prioridades do nosso governo para a geração de empregos:

- Conjugação de aspectos inovadores da Ciência e Tecnologia com a geração de emprego no município;
- Incentivo ao aprimoramento da produção local, com a aproximação entre as Universidades locais (UNESP, FAMERP, FATEC) e as empresas, de modo a qualificar a produção e o emprego;
- Criação e desenvolvimento de incubadoras de empresas, fortalecendo arranjos produtivos, estruturando laboratórios de uso compartilhado, com vistas à adição de valores aos produtos e ao aumento das condições para se ganhar o mercado não pelo preço, mas pela diferenciação do produto;
- Fomento ao microempreendedorismo, com a desburocratização para a criação de novas empresas, com o oferecimento de cursos de formação e acompanhamento do negócio, de modo a dotar o empreendedor de condições para a abertura de sua microempresa, de noções de venda, administração financeira e gestão de seu negócio, tendo como foco o próprio microempreendedor poder se tornar um novo gerador de empregos;

- Instituição de microcrédito, fazendo parceria com o Banco do Povo para criação de microcrédito municipal para o pequeno empreendedor, disponibilizando linhas de crédito com taxas de juros menores que as do mercado;
- Geração de emprego e renda, por meio de financiamento e linhas de crédito para a criação de hortas públicas e agricultura familiar, garantindo também segurança alimentar, com alimentos mais baratos e saudáveis;
- Disponibilização às cooperativas já existentes de comissões de suporte, visando instruí-las para processos de licitação, gerando, com isso, incentivo à distribuição de renda e, também, postos de trabalho menos precarizados;
- Transferência de renda local vinculada aos pequenos e médios comércios da cidade;
- Criação de uma empresa pública para fazer contratação direta dos trabalhadores que hoje são terceirizados.

12. INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Uma das principais políticas do atual Governo Federal é realizar fortes investimentos no segmento de produção industrial. Esta é uma oportunidade que poderá ser aproveitada em áreas onde o município tem vantagens comparativas importantes.

A indústria é fonte de geração de empregos de melhor remuneração e contribui diretamente para diminuição da pobreza. No mesmo sentido, o desenvolvimento social também está fortemente ligado ao conhecimento científico e tecnológico.

As possibilidades de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico para o município de São José do Rio Preto podem ser exploradas em várias direções estratégicas, considerando suas características e potencialidades econômicas.

Prioridades do nosso governo para indústria, ciência e tecnologia:

- Planejamento Urbano e Zona Industrial, através do desenvolvimento de planos diretores que incluam áreas específicas para desenvolvimento industrial (zonas industriais), com infraestrutura adequada (acesso a rodovias, energia, água, esgoto, telecomunicações);
- Oferecimento de incentivos fiscais e subsídios, como isenções ou reduções de impostos municipais, para empresas industriais que se instalem ou expandirem no município;
- Implementação de subsídios direcionados a projetos específicos também podem ser implementados para reduzir custos iniciais de investimento;
- Estabelecimento de parcerias com o setor privado para desenvolver projetos industriais conjuntos, compartilhando responsabilidades e recursos, o que pode incluir infraestrutura compartilhada, como parques industriais ou áreas de incubação para startups industriais;

- Simplificação e agilidade dos processos para abertura de novos negócios industriais, licenciamentos ambientais, alvarás de funcionamento, entre outros, estabelecendo um ambiente regulatório mais eficiente pode atrair investidores e empreendedores;
- Capacitação e qualificação da força de trabalho, com o investimento em programas de formação técnica e qualificação profissional voltados para as necessidades da indústria local, o que pode aumentar a empregabilidade da população local e atrair empresas que demandam mão-de-obra especializada;
- Melhoria da infraestrutura urbana geral, como transporte público eficiente, saneamento básico, segurança pública e serviços de saúde, aspectos fundamentais para o bem-estar dos trabalhadores e para a atratividade do município como local de negócios;
- Incentivo à Inovação e Tecnologia, por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa, programas de incentivo à pesquisa e desenvolvimento, e apoio a startups tecnológicas;
- Promover práticas industriais sustentáveis, incentivando a adoção de tecnologias limpas, eficiência energética, gestão de resíduos e outras iniciativas que contribuam para a preservação do meio ambiente;
- Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação do progresso do desenvolvimento industrial, para ajustar políticas e estratégias conforme necessário e garantir o crescimento sustentável e equilibrado;
- Fortalecimento do Parque Tecnológico Municipal, com vistas ao seu pleno funcionamento, criando uma cultura de inovação, por meio de políticas de incentivo e de promoção de iniciativas locais;
- Ampliação do modelo de implantação das empresas no município de forma a promover o desenvolvimento inclusivo;
- Criação de programas de capacitação tecnológica para a população em geral;

- Promoção da cultura científica no município, com o estímulo de ações de popularização de ciência, tecnologia e inovação por meio de parcerias entre as Instituições de Ensino Superior, o CIECC e as empresas do município;
- Implantação do projeto Internet Popular, de acesso gratuito, permitindo que as pessoas utilizem de forma remota os diversos serviços disponíveis nos web sites da Administração Pública Municipal;
- Cidade Digital Livre, Inovadora e Inclusiva, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de tecnologias colaborativas, abertas e promovidas por coletivos e indivíduos.

13. GESTÃO PÚBLICA E VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

O servidor público municipal desempenha um papel fundamental na construção do acesso ao serviço público com justiça social e equidade. É digno de registro que os servidores da nossa cidade se esforçam muito para atender às demandas da população, muitas vezes sem a infraestrutura adequada e em número insuficiente de pessoal.

Observamos um cenário de precarização do serviço público, catalisado pela ampliação da terceirização dos serviços, o que vemos refletido na defasagem salarial, na impossibilidade de planejamento de carreira, na existência de comissões e promoções a cargos de confiança sem critérios de ordem técnica, na presença marcante de desvios de função e poder excessivamente centralizado.

Quanto à saúde destes servidores, há evidência de números significativos de afastamentos para tratamento psicológico.

É incontestável que há uma crise de financiamento do sistema previdenciário municipal, agravado pela aplicação dos percentuais de contribuição previdenciária suplementar reduzidos pela metade com a aprovação da Lei Complementar nº 475/2024.

O maior desafio na área de recursos humanos é o equacionamento do déficit atuarial da autarquia responsável pelo pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores segurados da Riopretoprev, cuja Avaliação Atuarial, realizada no início deste 2024, demonstrou que a Riopretoprev apresenta um Déficit Técnico Atuarial no valor de R\$ 2,5 bilhões. Hoje, a Riopretoprev possui menos de R\$ 30,00 em caixa para cada R\$ 100,00 em compromissos com aposentadoria e pensão.

Prioridades do nosso governo para a gestão pública e valorização do serviço e do servidor público:

- Construção de Plano de Cargos, Carreira e Salários, em conjunto com os servidores públicos municipais, com a instituição de Comissão Permanente de Negociação, respeitando a representação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, da ATEM e demais representações de servidores e servidoras municipais;
- Instituição de Comissão Permanente de Negociação para discutir e encontrar alternativas para o saneamento financeiro da previdência do servidor público municipal e garantir o combate ao assédio moral nos quadros administrativos;
- Imediata realização de uma Auditoria Atuarial de modo a responsabilizar aqueles que agiram de forma a permitir o déficit bilionário e revogação da Lei Complementar nº 475/2024 para restabelecer os percentuais de contribuição previdenciária suplementar anteriormente previstos;
- Investimento em Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho, SESMT, com o objetivo de tornar os locais de trabalho mais seguros, com avaliações periódicas em cada setor e projetos de melhorias no ambiente profissional diminuindo, dessa forma, riscos de acidentes e doenças ocupacionais;
- Criação e fortalecimento do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, capacitando os conselheiros no entendimento dos direitos constitucionais e das atribuições da administração pública em todos os seus níveis;
- Diminuição imediata dos cargos de livre nomeação, que consomem anualmente R\$ 30 milhões do orçamento público com apadrinhados;
- Redução imediata de terceirização de serviços públicos, através do fortalecimento e organização do serviço público estruturado;
- Criar Centro de Treinamento, Qualificação e Capacitação dos Servidores Públicos Municipais;

- Criação do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social para contínua avaliação na busca de uma efetiva transparência de todos os atos do Executivo municipal;
- Incentivar a organização dos Conselhos Municipais, tornando-os deliberativos.

COORDENAÇÃO GERAL DE PLANO DE GOVERNO

Carlos Henrique Oliveira – Luciana Fontes – Luiz Ferri – Mônica Galindo